

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES

**PROJETO: APA – ARQUITETURA E PAISAGEM - AVALIAÇÃO DA  
INSERÇÃO URBANA NO MEIO FÍSICO.**

**SUB-PROJETO: AVALIAÇÃO DE PLANEJAMENTO URBANO  
PARA A OCUPAÇÃO DE ENCOSTAS EM FLORIANÓPLIS, SC –  
OS ASSENTAMENTOS DE BAIXA RENDA EXISTENTES NO  
MORRO DA CRUZ, CLASSIFICADOS COMO ARP ZERO PELO  
PLANO DIRETOR- 2ª ETAPA**

---

Orientadora: Dra. Arq. Sonia Afonso

---

Acadêmico: Diego Fagundes da Silva

Departamento de Arquitetura e Urbanismo  
Centro Tecnológico

**Florianópolis, agosto de 2007.**

# ÍNDICE

<b>1. RESUMO.....</b>	<b>03</b>
<b>2. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>04</b>
2.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	07
2.1.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	07
2.2 JUSTIFICATIVA.....	09
2.3 OBJETIVOS.....	09
<b>3. MATERIAIS E MÉTODOS.....</b>	<b>10</b>
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>12</b>
4.1 PLANO DIRETOR.....	12
4.1.1 PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO.....	12
4.1.2 ÁREA RESIDENCIAL PREDOMINANTE NO PLANO DIRETOR ATUAL.....	13
4.1.3 ÁREA RESIDENCIAL PREDOMINANTE DE INTERESSE SOCIAL .....	13
4.1.4 ZEIS – ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL .....	14
4.2 ESPAÇOS PÚBLICOS E CIRCULAÇÃO NAS ARP-0.....	15
4.3 SISTEMA VIÁRIO NAS ARP-0 – O TRAÇADO ORGÂNICO.....	17
4.4 FAVELA-BAIRRO NO RIO DE JANEIRO .....	23
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>27</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>29</b>
<b>7. ANEXOS .....</b>	<b>31</b>

## 1. RESUMO

A definição da paisagem urbana remete à possibilidade de se tirar partido das condicionantes naturais impostas pelo sítio físico. A isso se sobrepõe uma série de camadas, entre elas a cultural e a temporal. O conjunto desses elementos é o que chamamos de cidade. O Morro da Cruz tem papel primordial na definição da paisagem do centro da cidade de Florianópolis e durante muitos séculos serviu como referencial para navegadores que aportavam em nossas baías. Com o desenvolver da cidade, o morro tornou-se a base para a ocupação dos menos favorecidos economicamente, devido aos altos custos das terras planas.

Dessa forma montou-se espontaneamente um modelo de ocupação para o morro, definindo que as cotas mais baixas seriam ocupadas pela classe média enquanto a população pobre estaria comprimida em ilhas limitadas por áreas de preservação permanente menos propícias ao uso habitacional. A legislação mostrou-se deficitária no tratamento da ocupação em encostas e os órgãos responsáveis pela fiscalização das leis não conseguem cumprir esse papel a contento demonstrando uma carência que se espera sanar com a implantação de um novo plano diretor em fase de elaboração através de processo participativo.

Esta pesquisa estuda a situação das áreas classificadas como ARP-0, localizadas nas encostas do Morro da Cruz, em Florianópolis, porção centro-oeste da Ilha de Santa Catarina.

Os métodos utilizados para esta pesquisa são: revisão bibliográfica, leituras de mapas, aerofotos e plantas cadastrais, levantamentos fotográficos e visitas a campo para complemento das informações coletadas. A análise do material processado permite uma avaliação dos usos do solo urbano existentes no interior do perímetro do Morro da Cruz, nas variadas escalas de projeto, para com isso propor diretrizes para projetos a serem implantados nessa área.

Espera-se compreender através de um estudo de caso, o funcionamento da dinâmica de ocupação dos morros, a maneira como se configuram os espaços urbanos, sejam públicos ou privados, as relações entre ambos e como elas determinam as características desses assentamentos urbanos ditos subnormais. A partir disso define-se quais características devem ser mantidas estabelecendo critérios projetuais para o melhor aproveitamento das potencialidades das encostas além de evitar a ocupação indevida de áreas de risco.

*Palavras chaves: Ocupação de Encostas, Riscos, Residência de Interesse Social.*

## 2. INTRODUÇÃO

As cidades brasileiras estão submetidas a acelerados processos de adensamento populacional. Cada vez é maior a busca por áreas planas para o assentamento dessa população. Cidades como Florianópolis, sofrem de carência dessas áreas consideradas mais propícias à ocupação. Entretanto, mesmo nas regiões planas há problemas quanto à urbanização, resultando em bairros inteiros construídos sobre regiões de mangues ou de declividades inferiores a 2%, sendo assim passíveis de inundações. Resta como alternativa, então, para aqueles que não podem instalar-se nas áreas planas, por conta do mecanismo de valorização do solo urbano, e mesmo assim desejam proximidade do centro da cidade, a ocupação das encostas dos morros. Já observava Mamigonian (1958) que “a população mais deserdada ocupa alguns morros (flancos ocidentais do Morro da Cruz) construindo barracos sem luz elétrica, água ou esgoto, criando grupos desordenados de casas de baixíssimo padrão, verdadeiras favelas em vários casos”.

Segundo AFONSO (1999, pp. 73), “As encostas são assunto do paisagismo por serem as mais evidentes expressões da paisagem. Geralmente os espaços livres são considerados os resquícios da ocupação arquitetônica, entretanto alguns arquitetos dizem atualmente que a cidade não é a arquitetura, mas sim o espaço entre as arquiteturas”. A impressão que temos ao analisar as ocupações presentes no Morro da Cruz é justamente a de que os espaços públicos não são planejados, surgindo como uma consequência da ocupação não espontânea das áreas de encostas, com todas as suas dificuldades de acessibilidade e os possíveis riscos aos quais essa população se submete.

Em termos de paisagem urbana, o Morro da Cruz apresenta-se como resultado de uma série de ocupações em que se encontram variadas classes sociais. De um lado temos como casos isolados os condomínios de alto padrão, como o Loteamento Morumbi (Fig. 1.a.) e de outro as ocupações de baixa-renda classificadas pelo Plano Diretor de Uso do Solo (Lei N° 5055/97) como Áreas Residenciais Predominantes de Interesse Social – ARP-0 (Fig. 1.b.) que serão o objeto de estudo desse trabalho. Entretanto a maior parte do Morro da Cruz é ocupada por população de classe média (Fig. 1.c.), configurando os bairros próximos ao centro da cidade. Nas ocupações de baixa-renda desenvolveu-se uma urbanização diferenciada podendo em alguns casos ser considerada mais apropriada à sua implantação. Nesse ponto faz-se a analogia com as ocupações mediterrâneas e o aparente caos que gera um todo homogêneo.

Fig. 1 – Tipos de ocupação presentes no Morro da Cruz



O Loteamento Morumbi localiza-se na porção norte do Morro da Cruz e representa uma das áreas de concentração de população de maior renda presente na região. Entretanto, os índices urbanísticos adotados no loteamento repercutem na paisagem de maneira muito agressiva. As edificações ocupam grande parte dos pequenos lotes salientando um problema de escala.

Fig. 1.a – Ocupação de alta renda – Loteamento Morumbi



O Morro da Penitenciária localiza-se na porção nordeste do Morro da Cruz e como as demais ocupações informais presentes na região. É uma área densamente ocupada, com caminhos estreitos e labirínticos, sem definição clara de propriedade e quase total ausência de infra-estrutura urbana básica.

Fig. 1.b – Ocupação de baixa-renda – Morro da Penitenciária



O Bairro da Trindade engloba toda a porção leste do Morro da Cruz sendo assim um dos bairros mais populosos da cidade. A região funciona como um pólo de atração por abrigar a Universidade Federal de Santa Catarina. Dessa maneira a Trindade está em constante expansão em direção ao topo do Morro da Cruz.

Fig. 1.c – Ocupação de classe média - Trindade

Fonte: autor - 2005

A primeira etapa da pesquisa, visou basicamente o aprofundamento das análises realizadas para cada uma das 10 ocupações classificadas como ARP-0, bem com o estudo dos sistemas viários que as compõem, qual a relação desses com a cidade plana, considerada formal e qual a relação que eles criam no interior das próprias ocupações, traduzindo-se em relação Rua x Lote x Casa. Foi realizado um

estudo comparativo da ocupação ilegal em Florianópolis com a urbanização tradicional do território grego, apontando-se as devidas semelhanças. Na etapa subsequente realizou-se um aprofundamento no estudo do tema favela para a elaboração de diretrizes projetuais para a urbanização em encostas, levando-se em consideração critérios técnicos do IPT, além das preexistências, o que justifica também o estudo do programa Favela-Bairro aplicado no Rio de Janeiro.

## **2.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Para a continuidade da pesquisa a revisão bibliográfica foi ampliada, já que houve renovação da bolsa por parte do autor.

A ampliação do repertório conceitual acerca da ocupação de encostas e mais precisamente do fenômeno da favela mostrou-se de vital importância para a continuidade dos estudos das Áreas Residenciais Predominantes de interesse social - ARP-0, constantes no plano diretor de Florianópolis

### **2.1.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

“Cansei de ser moderno; agora serei eterno”. É com essa frase de Drummond que Sérgio Magalhães inicia uma discussão a respeito do urbanismo carioca e critica aqueles que apontam a decadência da “Cidade Maravilhosa” simplesmente por adotarem paradigmas de organização do espaço essencialmente modernistas. O Rio, portanto é uma metrópole pós-moderna e guardadas as diferenças de escala, podemos traçar o paralelo com a cidade de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, de condições ambientais e topográficas bastante semelhantes. Ambas as cidades estão implantadas em terreno acidentado e por razões econômicas, políticas e históricas as populações pobres ocupam terrenos de encostas.

A ocupação e adequada urbanização das regiões acidentadas das encostas necessitam de planejamento especial e, portanto de profissionais devidamente preparados para lidar com as complexidades referentes a esse tipo de projeto. Um simples traço no papel pode representar verdadeiros desastres na prática e é nesse ponto que conceitos básicos sobre as encostas mostram-se necessários para a formação do arquiteto do futuro, quando haverá total escassez de terras planas.

Autores como Rego Neto e Da Rosa (1987) afirmam que somente pelo conhecimento em detalhes das condições geo-ambientais das áreas urbanas é que se pode definir com segurança as possibilidades de utilização do solo nas cidades. Soma-se a isso também o olhar antropológico visto que as ocupações por mais precárias que possam ser possuem todas elas, uma história própria e também é dever do arquiteto atentar para essas questões. O Programa Favela-Bairro constitui-se assim como elemento de proa desse novo pensamento urbano de valorização das pré-existências. Há casos, entretanto em que a ocupação não planejada rompe os limites considerados seguros, podendo gerar desastres de proporções variadas.

É nesse ponto, então que se torna necessária a abordagem de conceitos referentes às encostas e suas varias formas de ocupação. Adotando Cunha (1991) como referência, pode se afirmar ser uma encosta toda superfície inclinada conectada a duas outras superfícies com diferença de altura e simultaneamente de energia potencial gravitacional. Esse conceito, embora seja bastante singelo é de extrema clareza e a partir daí podemos definir outros elementos particulares ao estudo das encostas como inclinação (Fig. 2); declividade; perfil (Fig. 3); ombreiras (Fig. 4); grotões (Fig. 5); espigão (Fig. 6); e topo (Fig. 7), além de outros que serão vistos adiante.



Fig. 2. Inclinação



Fig. 3. Perfil

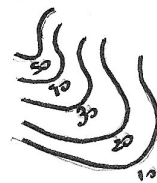


Fig. 4. Ombreira



Fig. 5. Grotão

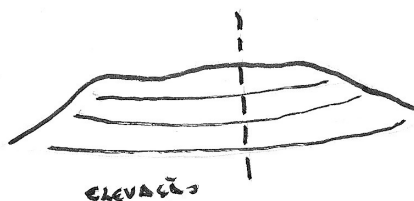


Fig. 6. Espigão

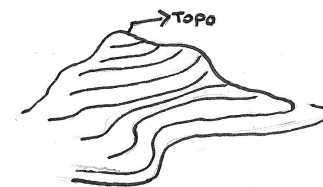
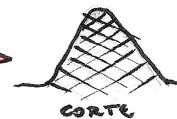


Fig. 7. Topo

O estudo das linhas de drenagem é de importância máxima na avaliação das condições de uso dos terrenos de encostas. Os estudos geotécnicos – instrumentos cartográficos que apresentam a distribuição, tipo e grau dos riscos geológicos, segundo CERRI & AMARAL (1998), visam à definição de medidas adequadas para a ocupação de terrenos em encostas reduzindo e mesmo eliminando quaisquer problemas futuros.

Essa situação é bastante visível quando se trata de ocupações de baixa renda, que na maioria das vezes é feita sem critérios adequados de projeto, de um lado pela falta de consciência por parte da população a respeito dos riscos a que está sujeita e por outro lado, este mais grave, por uma condição de abandono generalizada dos órgãos de planejamento urbano, defesa civil e demais responsáveis pela gestão desse solo ocupado.



## **2.2 JUSTIFICATIVA**

Devido à complexidade de projeto encontrada nos terrenos de encosta torna-se necessária a melhor formação de profissionais projetistas para a atuação nesse campo ainda tão pouco explorado, mas com grande potencial para o futuro. É certo que em alguns anos teremos escassez de terras planas para a edificação e com o inchamento cada vez maior das cidades será vista como natural a ocupação dos terrenos das encostas, o que hoje ainda não é visto com bons olhos, devido principalmente à ocupação indiscriminada e sem planejamento algum que hoje vemos.

O presente trabalho justifica-se na tentativa de suprir as deficiências práticas e teóricas e no aprofundamento dos estudos referentes à ocupação de encostas, pouco abordadas no Curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo. Com o material levantado e organizado nesta primeira etapa da pesquisa, torna-se possível dar continuidade às atividades previstas, com maior agilidade no processo de análise e o devido cumprimento dos objetivos propostos pelo projeto.

## **2.3 OBJETIVOS**

O objetivo geral da pesquisa APA – Arquitetura e Paisagem é identificar estratégias de preservação dos ecossistemas naturais e humanos em ambiente urbano.

O objetivo geral deste subprojeto é:

- Avaliar as soluções arquitetônicas e urbanísticas de ocupação de encostas utilizadas nos assentamentos de baixa renda existentes no Morro da Cruz, mapeados como ARP-0.

Como objetivos específicos, têm-se:

1. Estudar as relações entre as edificações, lotes, terreno e paisagem;
2. Analisar a morfologia dos espaços, as tipologias arquitetônicas, os usos consagrados, as carências e compreender quais características dos assentamentos urbanos devem ser preservadas;
3. Simular as situações existentes e as propostas institucionais em programas computacionais específicos para cada tipo de análise (urbanística, arquitetônica, conforto ambiental);
4. Estabelecer parâmetros que possam ser utilizados no lançamento de propostas institucionais, evitando a ocupação de encostas em área de risco, ao

mesmo tempo em que identifica espaços de lazer a serem apropriados pela população.

### **3. MATERIAIS E MÉTODOS**

A estrutura metodológica aplicada para a avaliação dos assentamentos de baixa-renda, constantes no plano diretor sob a classificação de ARP-0, divide-se em quatro partes:

A primeira parte consistiu-se da atualização de revisão bibliográfica para ampliar o embasamento teórico já obtido até o presente momento.

No período entre outubro de 2005 e julho de 2006 foi realizado extenso trabalho de conversão de dados para meio digital com o objetivo de criar um acervo multimídia para o auxílio do andamento das pesquisas. O grupo de pesquisa como um todo se dedicou a tal tarefa e agora, de posse desse material, muitas possibilidades de análise mostram-se possíveis.

Para avaliar as soluções arquitetônicas e urbanísticas de ocupação de encostas utilizadas no Morro da Cruz estudadas todas as informações especialmente cartográficas, levantamentos e projetos existentes.

Para o estudo mais aprofundado das áreas em questão (ARP-0) estão sendo elaborados perfis / cortes de cada uma das comunidades envolvidas nessa classificação. Além dos cortes, também se pretende fazer estudo detalhado das malhas viárias componentes de cada comunidade classificada como ARP-0 no Morro da Cruz. A conclusão desse material possibilitará análises mais precisas sobre as relações entre rua, lote e casa, importante para o melhor entendimento da área e de suas necessidades.

Para observar a morfologia dos espaços e tipologias arquitetônicas e compreender quais características dos assentamentos urbanos devem ser preservadas serão avaliados as volumetrias e os espaços livres existentes.

Para avaliar as soluções de planejamento urbano para as encostas serão analisados estudos para situações semelhantes.

Para estabelecer parâmetros de comparação deverão ser conhecidas e estudadas todas as unidades de paisagem destes assentamentos que possuam características semelhantes, tais como a presença de: escadarias, caminhos labirínticos, vegetação, edificações emblemáticas, para citar algumas unidades identificadas.

Os materiais disponíveis para o desenvolvimento da pesquisa encontram-se explicitados na tabela 1.

<b>Tabela 1. Materiais Disponíveis</b>	
<b>Materiais</b>	<b>Métodos</b>
Livros, relatórios, teses, artigos, revistas, legislações	Pesquisa bibliográfica
Mapas, aerofotos, plantas cadastrais	Compreensão e análises da área de estudo
Visita ao Morro da Cruz acompanhada da orientadora Dra. Arq. Sonia Afonso	Compreensão da atual ocupação no Morro da Cruz
Visitas às comunidades de baixa-renda localizadas no Morro da Cruz	Compreensão da realidade e verificação dos dados registrados em plantas cadastrais topográficas, viárias e imobiliárias.
Classificação da ocupação em encostas do Dr. Arq. Cláudio Gomes	Classificar e analisar a ocupação de baixa-renda em encostas no morro da Cruz
Software AutoCad, Corel Draw, Arcview, AutoCad Map, Corel Photopaint, Corel Trace, SketchUp	Elaboração de mapas e tratamento de imagens

Atualmente a pesquisa APA tem ao seu dispor uma máquina digital, um projetor multimídia e quatro computadores com periféricos básicos, como scanner e impressora. Além disso, encontram-se disponíveis a biblioteca particular da orientadora Dra. Arq. Sonia Afonso, bem como a biblioteca setorial do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC - LDA, a Biblioteca Universitária e demais laboratórios do DAU e por fim, diversas publicações de portais digitais.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Apresentam-se a seguir as avaliações a que se chegou levando em consideração as questões referentes ao Plano Diretor em vigência na cidade, bem como o processo de elaboração do novo Plano Diretor Participativo e as implicações desses instrumentos públicos nos projetos de ocupação de encostas na cidade de Florianópolis.

### **4.1 Plano Diretor**

Até que o novo Plano Diretor seja aprovado, o atual Plano Diretor de Uso do Solo (Lei N° 5055/97) da cidade de Florianópolis é o instrumento regulador de toda e qualquer atividade de ocupação do solo urbano no município, definindo os usos e os critérios básicos de urbanização para cada área. Zoneamento é a definição das áreas que podem ou não estar sujeitas aos variados usos, como institucional, comercial, industrial, residencial. Tão importante quanto o zoneamento é a circulação, expressa pelo sistema viário, que define hierarquias e tipologias viárias adequadas ao atendimento de veículos e pedestres. Entre os conceitos de zoneamento e sistema viário permeia a questão da exigüidade e da qualidade dos espaços livres públicos e privados.

#### **4.1.1 Plano Diretor Participativo**

A cidade de Florianópolis, no decorrer de sua história possuiu 3 Planos Diretores, um deles elaborado em 1952, em equipe liderada por Demétrio Ribeiro, outro, nos anos 60 sob a supervisão do arquiteto Gama d'Eça e o mais recente de 1997, elaborado por técnicos do IPUF. Segundo o Estatuto da Cidade (art. 40), toda cidade brasileira com população igual ou superior a 20 mil habitantes deve fazer a elaboração ou revisão de seu Plano Diretor através de processo participativo. O núcleo responsável pela tarefa chama-se Núcleo Gestor e reúne representantes do poder público e da sociedade civil. O caráter do Núcleo Gestor é temporário, consultivo e deliberativo conforme o Decreto Municipal nº 4.215 de 12 de junho de 2006, art. 40 e 43 do Estatuto da Cidade. A previsão do tempo entre o início dos trabalhos dessa equipe e a implementação do Plano Diretor é de cerca de 1 ano. Portanto, se as previsões mostrarem-se corretas o novo Plano estará em vigência a partir de fevereiro de 2008, segundo informações da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

O Estatuto da Cidade define para o plano diretor a atribuição de definir critérios e diretrizes para:

1. As formas de uso e ocupação do solo do município;
2. O desenvolvimento da função social da propriedade;
3. A utilização dos instrumentos estabelecidos no Estatuto da Cidade;
4. A formulação das políticas públicas setoriais de habitação, saneamento ambiental, transporte, cultura e educação;
5. O sistema de gestão e planejamento do município.

#### **4.1.2 ARP – Área Residencial Predominante no Plano Diretor atual**

O Plano Diretor de Uso do Solo (Lei N° 5055/97) em vigência na cidade de Florianópolis define como ARP's (Áreas Residenciais Predominantes) aqueles setores onde os seguintes usos são mais adequados:

- Residências Unifamiliares
- Condomínios Residenciais Unifamiliares
- Condomínios Residenciais Multifamiliares
- Albergues de Turismo e Paradouros
- Orfanatos, Asilos, Conventos e Similares
- Locais para Recreação Infantil
- Academias de Ginástica e Esportes
- Postos de Saúde, Maternidades e Similares
- Creches, Pré-Escolar, Primeiro Grau
- Igrejas, Templos e Capelas
- Padarias, mercearias, Açougues, Frutarias, Farmácias, Jornais
- Encanadores, Eletricistas, Lavanderias Sapateiros, Alfaiates, Cabeleireiros, Massagistas

Em suma, essa classificação trata de toda área sujeita ao uso habitacional e de serviços diretamente relacionados a ele, daí o caráter predominante e não exclusivo.

#### **4.1.3 ARP-0 – Área Residencial Predominante de Interesse Social**

As Áreas de Interesse Social - AIS's foram a maneira encontrada pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis –IPUF para legitimar a ocupação clandestina e apresenta os seguintes índices urbanísticos, de acordo com a Tabela 2.

**Tabela 2. Índices Urbanísticos – ARP-0**

Lote Mínimo	128m <sup>2</sup>
Frente	8m
Profundidade	16m
Número de Pavimentos	2
Índice de Aproveitamento	1
Taxa de Ocupação	0.5
Densidade	32 hab/ha

Fonte: IPUF 2007

Pela análise dos dados contidos nessa tabela pode-se observar que a relação área edificável/tamanho do lote não é compatível com a tipologia de edificação solta no lote – modelo mais tradicional de ocupação. As dimensões do lote são muito pequenas e na prática, quando se observa a realidade das ocupações informais, percebe-se que nem mesmo essas dimensões mínimas são asseguradas.

No Morro da Cruz pode-se identificar a presença de 10 áreas sob essa classificação, correspondentes às comunidades de baixa-renda de acordo com o mapa abaixo (Fig.8). São áreas que apresentam como principais características, além da implantação em terreno acidentado: a prevalência de áreas privadas sobre as públicas; espaços públicos ambíguos (confusão entre circulações, lazer e áreas de convívio); dimensionamento inadequado do sistema viário, sendo que esse surge de maneira quase que espontânea; insuficiência de infra-estruturas, ausência de equipamentos públicos e indefinição de propriedade.

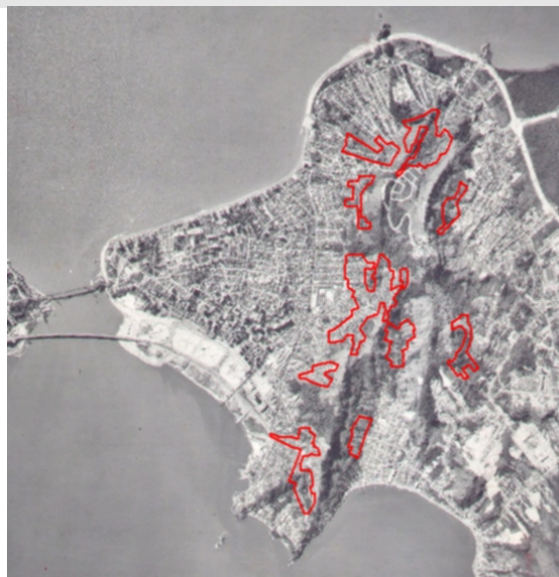


Fig. 8. Zoneamento para as áreas de interesse social previsto pelo Plano Diretor em vigência. Fonte: IPUF 2006 e INFOARQ 2006.

#### 4.1.4 ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS

O Estatuto da Cidade acena com um importante instrumento ao suporte dos processos de regularização fundiária, apresentado sob o título de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). As ZEIS diferenciam-se da atual classificação de ARP-0, por prever em seu mecanismo básico a fixação da população de mais baixa renda em determinadas regiões da cidade. Essa fixação é favorecida pelo reconhecimento jurídico de que para atender à sua função social, as áreas ocupadas pelas comunidades de baixa renda devem ser utilizadas primordialmente para fins habitacionais. Nesse sentido, o Ministério das Cidades implementou o Programa Nacional de Apoio à Regularização Fundiária Sustentável. O Programa é de apoio porque a competência constitucional é municipal. Nesse atual quadro de mudanças, possibilidades e questionamentos proposto pelo Estatuto da Cidade e seus mecanismos de ação, o desafio é compatibilizar a escala das intervenções com os padrões técnicos urbanísticos e ambientais dos assentamentos irregulares para que possam assim tornar-se finalmente parte da cidade.

O caso do Morro da Cruz, em Florianópolis evidencia, entretanto, a fragilidade técnica das ocupações informais existentes em seus flancos. Segundo REBOLLAR, N.A.P.(2006, pp.2) "a proposta de legalização destas áreas informais através da implantação das ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social – aponta para a fragilidade ambiental destes sítios e a precariedade construtiva dos assentamentos, colocando em discussão critérios e condições para uma imediata intervenção onde a diminuição de acidentes por desmoronamentos se faz necessária, já que as devastações das encostas são aleatórias". Basta que se caminhe por essas ocupações para notar os sinais dessa fragilidade, conforme fica evidenciado nas imagens a seguir. (Figs. 9, 10 e 11)



Fig. 9. Moradia apoiada em pedra. Morro da Queimada. Fonte: autor, 2005.



Fig. 10. Corte mal executado em terreno. Morro da Queimada. Fonte: autor, 2005.



Fig. 11. Risco de rolamento de matacão Morro da Queimada. Fonte: autor, 2005.

## 4.2 Espaços Públicos e Circulação nas ARP-0

Se há, por um lado uma precariedade nas soluções técnicas adotadas na construção de moradias das comunidades irregulares, por outro lado há um intrincado e complexo sistema de circulações e relações sociais provenientes disso. Não se descarta, entretanto, a carência de soluções técnicas adequadas para a definição desses espaços na cidade.

A configuração espacial das circulações nas favelas em geral se dá através, principalmente, da definição de áreas que, embora públicas possuem caráter privado. Isso equivale a dizer que as vias são traçadas posteriormente às edificações como caminhos, trilhas, servidões ou escadarias. Essa conformação gera desenhos irregulares, no aspecto formal, ao que se somam ainda as condições específicas da implantação em terrenos acidentados. Ao final temos algo semelhante ao traçado de uma cidade medieval ou mais precisamente, por conta das condições topográficas, ao traçado das cidades gregas no Mediterrâneo. É o que KENNEDY (1978) argumenta como uma "criação de elementos individuais, resultado de concepções espaciais coerentes e integradas".

Nas comunidades de baixa-renda situadas nas encostas do Morro da Cruz, tal qual nas cidades mediterrâneas, encontramos intrincados labirintos de ruelas e escadarias, em um sistema viário aparentemente caótico, porém conceitualmente em perfeito acordo com a implantação em solo acidentado.

A favela é, portanto, um todo harmônico em sua aparente desorganização. O traçado das circulações demonstra-se em perfeito acordo com as condições do sítio, provavelmente pelo simples fato de suas vias não terem sido traçadas a partir de traçados sobre plantas em escalas distanciadas. Nessas ocupações, as vias são desenhadas ao nível do pedestre, como ocorreu há cerca de 200 anos, no início da colonização da ilha. No Período Colonial, abriam-se caminhos "a lombo de burro" resultando nas estradas gerais, vias à meia encosta, que conectam os diversos pontos da Ilha de Santa Catarina ainda hoje.

Segue uma comparação entre um setor do Morro da Cruz, abrangendo a Comunidade conhecida como José Boiteux e a cidade grega de Olympos, na ilha de Kios (Fig 12).

Pela análise das ilustrações pode-se perceber uma série de semelhanças entre as duas situações, que vão desde o traçado do sistema viário, irregular, à disposição das edificações, quase sem uma definição de lote. Embora a planta da cidade grega não apresente as curvas de nível, elemento indispensável para a análise mais exata das condições de implantação, trata-se de uma ocupação em terreno acidentado, como o traçado da malha pode sugerir.



### 1. Comunidade José Boiteux



### 2. Cidade de Olympos



Fig. 12. - Comparação entre Comunidade do Morro da Cruz e cidade mediterrânea. Fonte: autor e Kennedy (1978).

Talvez a característica que mais diferencie uma ocupação da outra seja a ausência de espaços públicos amplos, como o que se apresenta na situação 2. Entretanto, tanto na cidade grega quanto na comunidade situada no Morro da Cruz e talvez condição geral das favelas brasileiras, a rua é a principal área de estar, onde ocorrem os encontros, as reuniões casuais entre amigos, vizinhos, a vida coletiva da população. (Fig.13 a - b)



Fig. 13. a - Cadeiras ocupando as ruas estreitas da cidade de Olympos. KENNEDY (1978)



Fig. 13. b- Crianças na rua. Comunidade da Serrinha - Florianópolis

### 4.3 Sistema Viário nas ARP-0 – o traçado orgânico

O Modernismo traz a cidade inteiramente planejada, embora na Renascença alguns modelos tenham sido propostos, inclusive para a ocupação do novo continente recém descoberto e denominado América. Os romanos já planejavam seus acampamentos há dois milênios atrás e sob rígidas leis geométricas, sem ceder às formas do relevo, foram pontuando a Europa com o germe de várias cidades existentes ainda hoje. Como contraponto ao traçado geométrico, que tem na malha xadrez o seu mais alto grau, sempre houve o traçado orgânico, mais adaptável aos acidentes geográficos.

Nas ocupações de encostas, como as identificadas no Morro da Cruz, podemos identificar uma tendência ao traçado orgânico, embora este surja muitas vezes a partir do desenho rígido presente nas regiões ao sopé da encosta, como no caso do centro de Florianópolis. Nesse exemplo específico percebe-se a ruptura entre o traçado colonial da povoação de desterro simplesmente ao cruzar a Av. Mauro Ramos, tomada nessa pesquisa como limite, de caráter meramente didático, para o Morro da Cruz. Fig. 14.

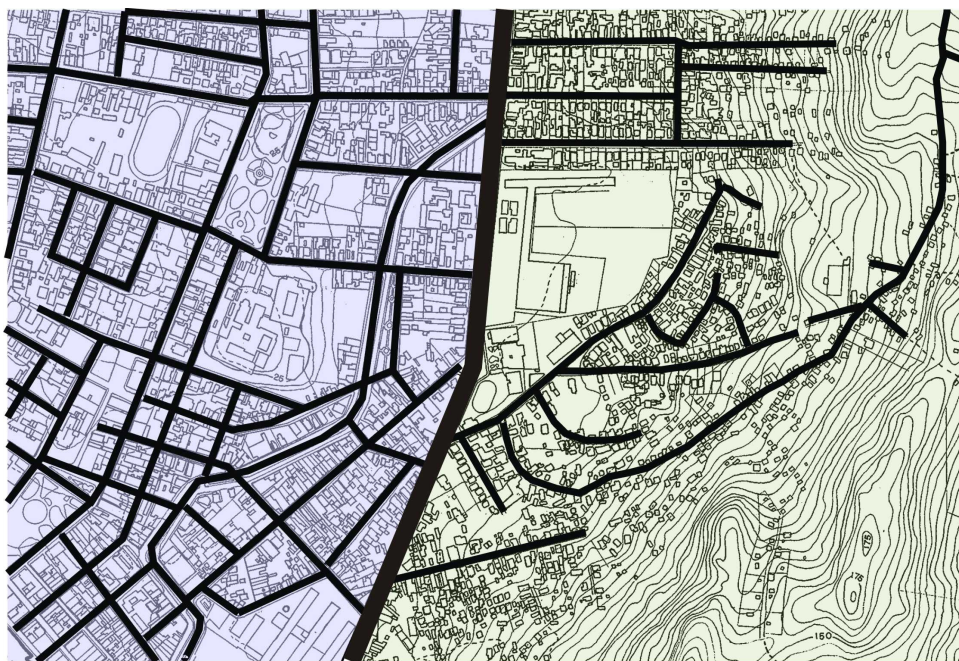


Fig. 14. Ruptura da malha viária entre o Centro e o Morro da Cruz – Florianópolis. Fonte: autor, sobre cartografia de AFONSO 1992.

Ao fazer a avaliação desse mapa e tendo o centro à esquerda e o Morro da Cruz à direita, podemos perceber a alteração drástica entre o traçado de ambos os lados da Av. Mauro Ramos, representada em linha mais espessa. O traçado

praticamente ortogonal que vinha se desenvolvendo a partir do centro irradiador da ocupação colonial sofre algumas alterações de direção, permanecendo, entretanto o seu caráter de malha xadrez. A alteração mais visível nesse setor deve-se ao curso do antigo Rio da Bulha, hoje canalizado e sobre o qual foi traçada a Av. Hercílio Luz, essa apresenta um desenho que acompanha os meandros do rio. Do outro lado da Av. Mauro Ramos, a situação é bem diferente, estando o traçado viário adaptado ao relevo montanhoso configurando as chamadas ruas em Z, obliquas às curvas de nível.

No alto da figura percebe-se um setor de traçado perpendicular às curvas de nível que correspondem justamente às escadarias da comunidade Monte Serrat. As escadarias são as soluções encontradas pelos projetistas dos espaços urbanos, nesse caso, leigos, para o deslocamento perpendicular às curvas de nível. Provavelmente a origem desse traçado deva-se ao antigo sistema fundiário existente na Ilha de Santa Catarina e no Continente.

Segundo Mamigonian (1958), "A antiga estrutura agrária orienta os loteamentos, veja-se não somente as chácaras centrais, como também aquelas situadas em Capoeiras, Coqueiros, Barreiros, etc. Vão se esboçando assim, planos decalcados no parcelamento agrário." (Figs. 15,16,17.)

"Esse ato gerou a necessidade da abertura de vias (servidões) para suprir as necessidades de circulação dos novos moradores. Essas servidões são abertas inicialmente nas linhas de limite das propriedades vizinhas subindo o morro num sistema ao qual chamamos de "espinha de peixe". Nas cotas mais altas do morro uma população pobre e marginal foi buscar abrigo e como forma de vencer as grandes indinações construíram escadarias." (SILVA 2006)



Fig. 15. Escadaria no Morro do Mocotó. Fonte: autor. 2005



Fig. 16. Escadaria ao final da Rua Monsenhor Topp – Monte Serrat  
Fonte: autor 2006

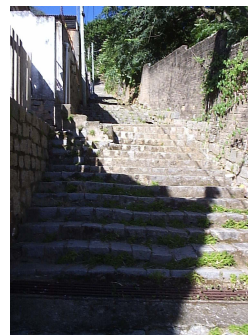


Fig. 17. Escadaria na Servidão Professor Joaquim margarida – Monte Serrat. Fonte: autor. 2006

Cumpra notar que nesse processo de construção de cidades, não raro os condicionantes naturais como linhas de drenagem, altas declividades e presença de vegetação, não são observados com o devido cuidado. Nessas situações infelizmente as populações ocupantes dessas regiões submetem-se a riscos inclusive de vida. É notícia bastante comum nos jornais da capital, após fortes temporais, os desastres decorrentes de rolamentos de pedras ou desmoronamentos causados, sobretudo por falhas no projeto urbanístico – que embora espontâneo, ainda é um projeto.

O estudo das circulações nas ocupações irregulares do Morro da Cruz cumpre a função de identificar as características inerentes a cada comunidade, visto que cada uma possui uma situação bastante específica, tanto de sítio físico como de realidade social e histórica. Os mapas a seguir foram elaborados com o objetivo de identificar em uma escala geral como essas ruas, caminhos ou escadarias se articulam com o sistema formal da cidade plana. (Figs. 18 a 27)



Fig. 18. Morro do 25. Fonte: autor. 2007

O sistema de circulação presente no Morro do 25, norte do Morro da Cruz, é composto basicamente por vias radiais, originadas de ruas perpendiculares à Rua Frei Caneca. Os caminhos principais apresentam-se perpendiculares às curvas de nível, gerando uma situação desfavorável à

implantação das residências. A questão no local é sanada aqui, como na maior parte das ocupações do Morro da Cruz, através de escadarias, tema já discutido anteriormente.

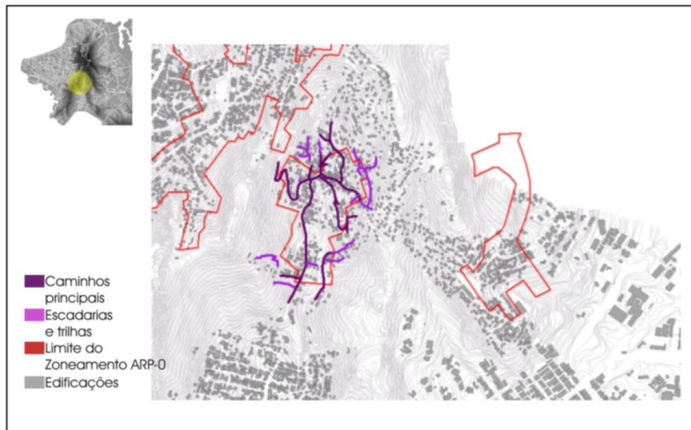


Fig. 19. Alto da Caieira. Fonte: autor. 2007

No alto da Caieira, ocupação localizada na região centro-sul do morro, o traçado dos caminhos apresenta-se de forma orgânica, com a presença de inúmeras escadarias para o trânsito dos pedestres.

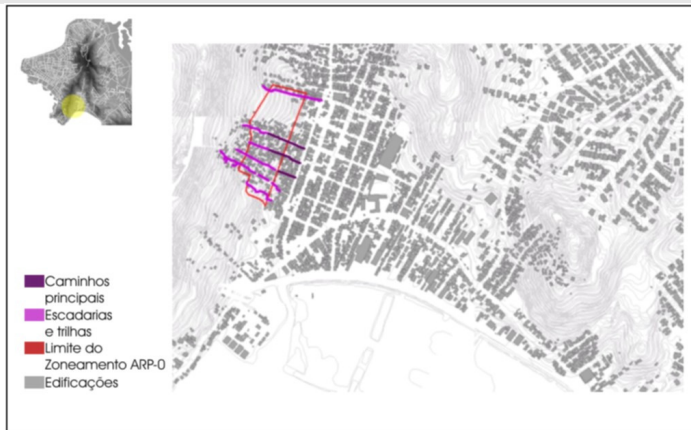


Fig. 20. Caieira do Saco dos Limões. Fonte: autor. 2007

A Caieira do Saco dos Limões apresenta seu traçado viário predominantemente orientado no sentido perpendicular às curvas de nível, numa situação desfavorável para a ocupação. A condição é evidenciada pela existência

de escadarias ao final de todos os caminhos principais. O traçado nesse caso é fruto da continuidade da malha xadrez existente na região plana e baixa.

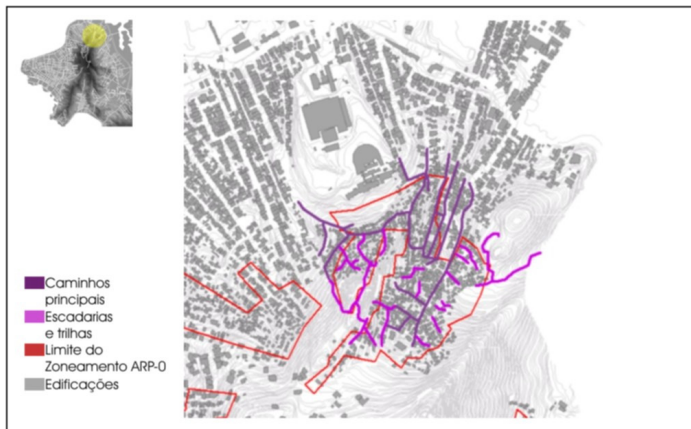


Fig. 21. Morro do Horácio. Fonte: autor. 2007

A comunidade do Morro do Horácio, no flanco norte do Morro da Cruz, está implantada em um grotão, estendendo-se para as duas ombreiras existentes em ambos os lados. O traçado dos caminhos obedece a uma lógica orgânica nas regiões mais altas do morro, enquanto

que nas regiões mais baixas, o traçado apresenta-se perpendicular à via geral do bairro Agrônômica.

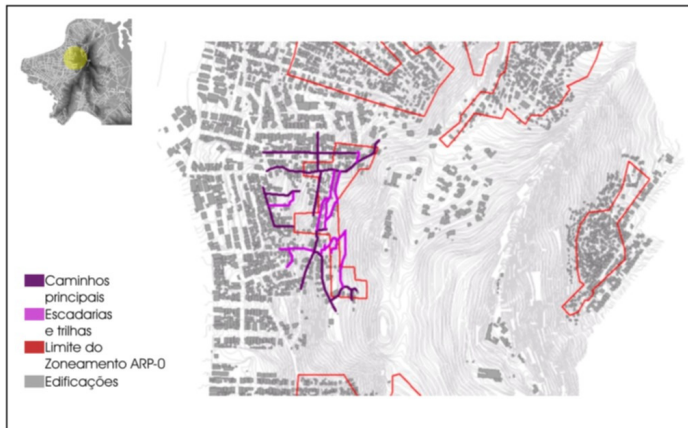


Fig. 22. José Boiteux. Fonte: autor. 2007



Fig. 23. Morro da Mariquinha. Fonte: autor. 2007

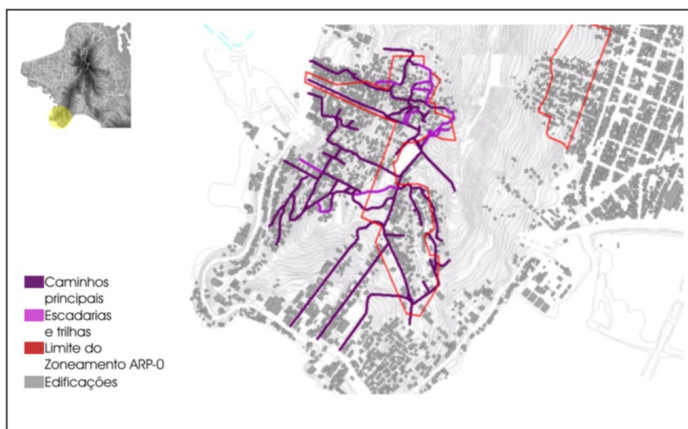


Fig. 24. Morros do Mocotó e Queimada. Fonte: autor. 2007

A comunidade José Boiteux, localizada na porção oeste do Morro da Cruz, apresenta uma configuração um pouco diferente em relação às demais ocupações.

Está implantada em um sentido

predominantemente paralelo às curvas de nível.

A comunidade do Morro da Mariquinha localiza-se na porção do Morro da Cruz voltada para o centro da cidade. Está implantada em um terreno ao lado do Hospital de Caridade. A circulação aí, dá-se principalmente por meio de trilhas e escadarias,

implantadas em terreno altamente acidentado e inclinado.

O conjunto formado pela comunidade do Mocotó e da Queimada, localizado na porção sul do Morro da Cruz, apresenta, como a maior parte das ocupações existentes na região, a existência de um núcleo conectado à cidade formal através de uma longa via – em geral no sentido perpendicular às

curvas de nível.

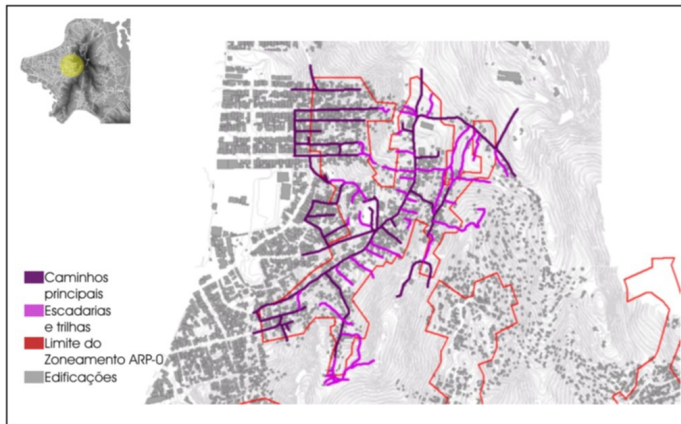


Fig. 25. Monte Serrat. Fonte: autor. 2007

Nota-se nesse caso a existência de uma via estruturadora implantada na crista do morro e da qual partem ramais que inclusive fazem a conexão com outras comunidades existentes no Morro da Cruz.

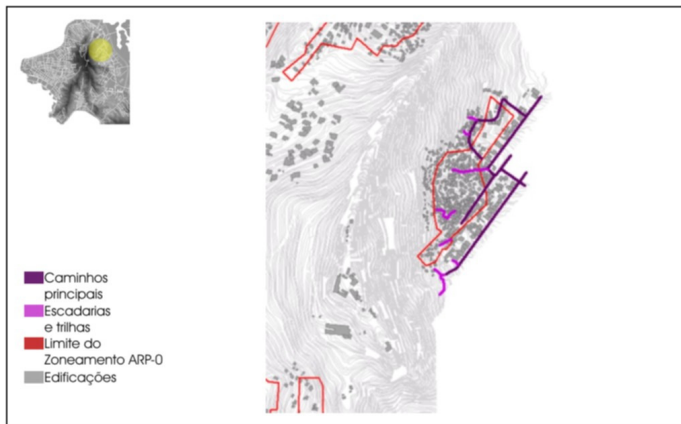


Fig. 26. Morro da Penitenciária. Fonte: autor. 2007

elevada declividade, com a presença de afloramentos rochosos que induzem à solução das escadarias e estreitas trilhas como principais canais de circulação.



Fig. 27. Serrinha. Fonte: autor. 2007

A comunidade do Monte Serrat também é conhecida como Morro da Caixa d'água, devido à existência de um grande reservatório de água construído no início do século XX. Essa ocupação caracteriza-se pelo seu famoso conjunto de escadarias já citados anteriormente (pp.20).

A Comunidade do Morro da Penitenciária apresenta dados cadastrais bastante incompletos – uma característica dessa região do Bairro da Trindade, leste do Morro da Cruz. Entretanto, percebe-se através de observações in loco, que trata-se de uma ocupação em terreno de

A Comunidade da Serrinha também apresenta a mesma carência de informações cadastrais - o que se percebe pela área vazia do mapa.

O sistema de caminhos, entretanto segue a mesma lógica orgânica de implantação de algumas

das comunidades do Morro da Cruz, sem com isso livrar os pedestres de alguns trechos com grandes declividades. A existência de algumas trilhas e escadarias é também característica dessa comunidade, embora a maior parte das vias seja já trafegável, inclusive com coleta de lixo semanal feita através de caminhão.

#### **4.4 Favela-Bairro no Rio de Janeiro**

Em 1993, tem início no Rio de Janeiro um projeto inovador em termos de regularização fundiária de áreas de favelas. A capital carioca conta com 18% de sua população vivendo sob condições subnormais em áreas ocupadas ilegalmente. São 573 favelas espalhadas pela cidade, algumas delas ilhadas em áreas habitadas predominantemente pelas camadas da riqueza. O programa Favela-Bairro é uma iniciativa da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e baseia-se na criação de infraestrutura e espaços-livres nessas áreas de informalidade caracterizadas por ocupações informais. As áreas escolhidas para a intervenção são apresentadas no Anexo I.

Segundo Luiz Paulo Conde, ex-prefeito do Rio de Janeiro e idealizador do programa, “o que é importante ressaltar é que ambos os projetos [Rio-cidade e Favela-Bairro] fizeram parte de uma única intenção: tornar a cidade acolhedora e inclusiva. Fazer cidade onde ela não exista e recuperar onde estava degradada.”. Como uma reação à política de remoção de favelas, aplicada desde o início da república e ampliada durante o governo militar, o Programa Favela-Bairro reconhece as preexistências e apresenta uma solução diferenciada em relação àquela de construção de conjuntos habitacionais isolados na periferia. No ano de 1993, o BID e a prefeitura do Rio de Janeiro assinam um contrato de financiamento no valor de 300 milhões de dólares. São eleitas então inicialmente 15 comunidades – abrangendo 50 mil pessoas – para a realização de intervenções de caráter urbanístico que assegurassem a inclusão social dessa população afetada. Pelas imagens a seguir pode-se ter noção dos tipos de intervenções realizadas. (Fig. 28)



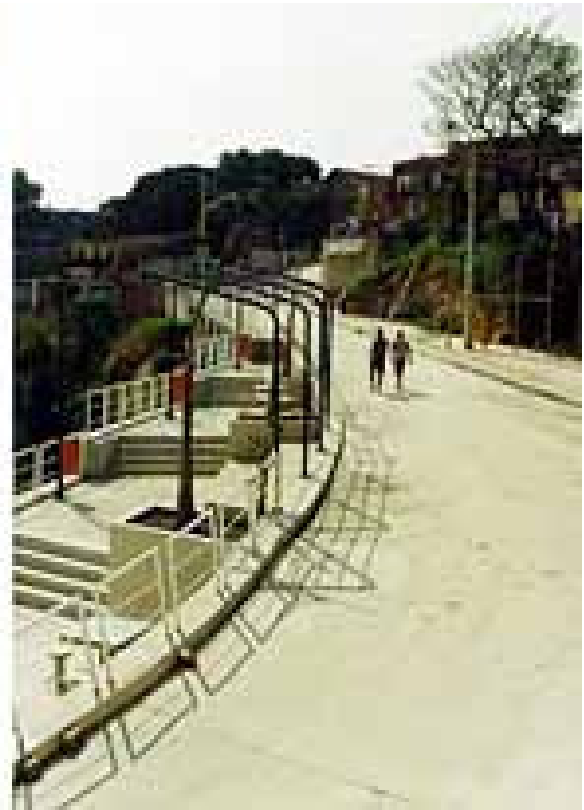


Fig. 28. Fubá-Campinho, acesso antes e depois da intervenção, arquiteto Jorge Mario Jáuregui, Favela-Bairro, Rio de Janeiro. Foto de Gabriel Leandro Jaurégui fonte: /www.vitruvius.com.br



Fig. 29. Jardim Esmeralda / Iporanga, vista depois da intervenção, arquiteto Raymundo de Paschoal, Guarapiranga, São Paulo. Foto de João Urban. fonte: /www.vitruvius.com.br

Fig. 30. Praça Cesário de Mello em Divinéia, arquiteto Pablo Benetti, Favela-Bairro, Rio de Janeiro. fonte: /www.vitruvius.com.br

Segundo (CONDE & MAGALHÃES, 2004, pp57), "o êxito do Favela-Bairro residiu em grande parte no fato de o programa englobar um conjunto de práticas em que as transformações pretendidas tinham sempre em conta as características de cada lugar, a fim de que todas as intervenções resguardassem os valores espaciais, culturais e econômicos a ele agregados.". O fato é que em 1997 o

contrato foi renovado liberando mais verbas para a continuidade do programa, abrangendo dessa vez cerca de 500 mil pessoas – metade da população favelada do Rio de Janeiro.

Medidas como essa, adotada no Rio de Janeiro poderiam ser facilmente convertidas para a realidade de Florianópolis que possui os mesmos problemas, embora numa escala reduzida. E justamente por conta da escala reduzida é que uma iniciativa como a do Favela-Bairro poderia ser mais facilmente implantada nos morros da capital catarinense.(Figs. 31 e 32)



Fig. 31. Morro da Providência, primeira favela do Rio. Recebeu o Favela Bairro, o Museu a Céu Aberto e a Vila Olímpica. Fonte: [www2.sirkis.com.br](http://www2.sirkis.com.br) acessado em 30-07-2007



Fig. 32. Morro da Serrinha – Florianópolis.  
Fonte: autor, 2005.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa avançou, nesta etapa, no estudo de plantas cadastrais topográficas, viárias, imobiliárias e fotografias aéreas adquiridas através do IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis e de outros grupos de pesquisa da própria Universidade Federal de Santa Catarina. Um dos fatores positivos foi a continuidade do bolsista, o que permitiu um maior aprofundamento nas questões relacionadas às ocupações no Morro da Cruz. A familiaridade com o tema permitiu que novas análises mais aproximadas fossem realizadas, como a da estruturação do sistema viário e da conformação dos espaços públicos nas áreas de ocupação ilegal.

As principais conclusões obtidas no primeiro ano de pesquisa são agora reafirmadas, o que demonstra que os problemas advindos da ocupação sem planejamento e sem o auxílio dos órgãos competentes, lê-se IPUF, SUSP, Defesa Civil, podem ser realmente sérios ocasionando perdas materiais como no rolamento de um matacão em março de 2007, no Morro do Caju, ocupação em encosta localizada em outro morro da capital.

Quanto às dificuldades encontradas até o momento, salienta-se a falta de um bolsista de apoio técnico com o qual o grupo contava até o final de 2006. O problema do comprometimento da segurança ao fazer visitas a campo também é preocupante visto que a violência nessas comunidades só tem aumentado com o passar do tempo.

Em relação aos resultados da pesquisa, pode-se afirmar que as ocupações em encosta devem ser o alvo de profundos estudos antes de se realizar qualquer intervenção de caráter urbanístico. Isso se deve principalmente às condições físicas do terreno, que no caso do Morro da Cruz, em Florianópolis apresenta uma série de características que tornam a sua ocupação perigosa em muitos casos. Portanto, é de vital importância a informação dos profissionais encarregados dessas áreas sobre as condicionantes do sítio físico para que esses possam então conscientizar as populações que habitam nessas localidades a respeito dos riscos a que estão sujeitos. Entretanto, não se deve desconsiderar todas as condicionantes sociais e políticas do problema e é isso o que aprendemos com o estudo do programa Favela-Bairro. As comunidades carentes necessitam de moradia digna, o que não tem sido oferecido pelo Estado, portanto as ocupações são muitas vezes a única alternativa dessa massa de pessoas excluídas da cidade formal.

A regularização fundiária surge como uma possibilidade próxima de concretização devido às discussões atuais a respeito do Plano Diretor Participativo na cidade de Florianópolis. Muitas áreas estão recebendo investimentos municipais

e inúmeras pessoas agora já possuem endereço, abastecimento de água e luz e em consequência disso. chances para ingressar de vez na formalidade.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, Sônia. **Urbanização de Encostas: Crises e Possibilidades. O Morro da Cruz como um Referencial de Projeto de Arquitetura da Paisagem.** Tese de Doutorado – FAUUSP. 1999.
- AFONSO, Sonia. **Urbanização de Encostas. A ocupação do Morro da Cruz. Florianópolis. S.C.** Dissertação de Mestrado. Orientada pelo Prof. Dr. José Claudio Gomes. São Paulo. FAUUSP. 1992.
- AFONSO, Sonia. **Urbanização de Encostas. A ocupação do Morro da Cruz. Florianópolis. S.C. Trabalho Programado 2. Estudo Geotécnico.** Curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Área de Concentração Estruturas Ambientais Urbanas. Nível de Mestrado. São Paulo. FAUUSP. 1992.
- REGO NETO, Candido Bordeaux. **Mapa de Uso do Solo Recomendado (Morro da Cruz – Florianópolis/SC).** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1987.
- BATISTELA, Ana Paula & AFONSO, Sonia. **Métodos e Ferramentas para o Projeto Informatizado de Arquitetura da Paisagem de Encostas.** Relatório Final de Atividades de Pesquisa do PIBIC 2000/2001. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina. 2001.
- CUNHA, M.A. (Org.). **Ocupação de encostas.** São Paulo. Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT. 1991.
- ECO, Humberto. **Como se faz uma tese.** São Paulo. Ed. Perspectiva. 1977
- IPIUF – INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. **Plano Diretor Distrito Sede Florianópolis.** 1988. Disponível em: <http://www.ipuf.sc.gov.br/Viabilidade> Acessado em: 06/05/2006.
- MANDAJI, Priscilla dos Santos & AFONSO, Sonia. **Avaliação do Planejamento Urbano para a Ocupação de Encostas em Florianópolis – O caso do Bairro da Prainha, Morro da Cruz, Florianópolis – S.C.** Relatório Final de Atividades de Pesquisa do PIBIC 2003/2004. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina. 2004.
- MORETTI, Ricardo de Souza (Org.). **Loteamentos: Manual de Recomendações para Elaboração de Projeto.** São Paulo. Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT. 1986. 180pp.
- KNIPPSCHILD, Fabiana & AFONSO, Sonia. **Avaliação do Planejamento Urbano para a Ocupação de Encostas em Florianópolis – O Caso do Bairro da Prainha, Morro da Cruz, Florianópolis – S.C.** Relatório Final de Atividades de Pesquisa do PIBIC 2004/2005. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina. 2005.
- MACEDO, Eduardo Soares de, **Elaboração de Cadastro de Risco Iminente Relacionado a escorregamentos: Avaliação Considerando Experiência Profissional, Formação Acadêmica e Subjetividade.** Tese de Doutorado Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências Exatas. 2001.
- CERRI, L. E. S. & AMARAL, C.P. **Riscos Geológicos.** In: OLIVEIRA, A. M. S. & BRITO, S. N. A. (eds.) 1998. *Geologia de Engenharia.* São Paulo, ABGE.
- PELLOGIA, A. U. G. **As Coberturas Remobilizadas: Depósitos Tecnogênicos de Encostas Urbanas no Município de São Paulo.** Revista Solos e Rochas, São Paulo, v.17. 1994.
- SILVA, Diego Fagundes & AFONSO, Sonia. **Avaliação de planejamento urbano para a ocupação de encostas em Florianópolis, SC – Os assentamentos de baixa renda existentes no Morro da Cruz, classificados como ARP-zero pelo Plano Diretor .** Relatório Final de Atividades de Pesquisa do PIBIC 2005/2006. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina. 2006.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS.** Disponível em: [www.planodiretorfloripa.sc.gov.br](http://www.planodiretorfloripa.sc.gov.br) Acessado em: 29/04/2007.
- MAMIGONIAN, Armen – **Atlas Geográfico de Santa Catarina.** Departamento Estadual de Geografia e Cartografia. Florianópolis 1958.

DIAS, Wilmar – **Ensaio de Geografia Urbana** In: Boletim Geográfico do Departamento de Geografia e Cartografia. Florianópolis 1947-48.

SILVA, Diego Fagundes – **Escadarias no Morro da Cruz**. Florianópolis 2006

BERTILINI, Jéferson. **Pedra desce de morro e destrói casa**. Artigo publicado no diário catarinense (Jeferson Bertolini, DC, 17/04/2007)

KENNEDY, Declan. **Ciudad interior**. Barcelona: G. Gili, 1978.

REBOLLAR, N. A. P. **Ocupação de Encostas: O caso de risco do Maciço Central de Florianópolis**. In COBRAC 2006. Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário – UFSC, Florianópolis 2006.

CONDE, L. P., MAGALHÃES, S. **Favela-Bairro: uma outra história da cidade do Rio de Janeiro**. Ed. Vivercidades, Rio de Janeiro 2004.

ANEXO I – Áreas de intervenção do Favela-Bairro  
Fonte: (CONDE & MAGALHÃES 2004)

## Abrangência do Favela-Bairro

- 1 Divinópolis (Paciência)
- 2 Roberto Menezes (Paciência)
- 3 Três Pontes (Santa Cruz)
- 4 Vila do Céu (Cosmos)
- 5 Vila São Jorge (Campo Grande)
- 6 Bairro Agulhas Negras (Campo Grande)
- 7 Vila Mangueiral (Campo Grande)
- 8 Jardim Moricaba (Campo Grande)
- 9 Coréia ou Vila Cruzília (Senador Camará)
- 10 Jacaré (Santisímo)
- 11 Vila Catirí (Bangu)
- 12 Caminho do Lúcio (Bangu)
- 13 Bairro Nova Aliança (Bangu)
- 14 Vila João Lopes (Realengo)
- 15 Cosme e Damião (Realengo)
- 16 Frederico Faulhaber (Realengo)
- 17 Morro São Sebastião (Realengo)
- 18 Santa Maria (Jacarepaguá)
- 19 Caminho do Job (Pavuna)
- 20 Chico Mendes/Chapadão (Costa Barros)
- 21 Faz. Botafogo/Margem da Linha (C. Barros)
- 22 Bairro Nova Pedreira (Pavuna)
- 23 Parque Nova Jerusalém (Pavuna)
- 24 Vila Espinosa/Mouçoju (Marechal Hermes)
- 25 Vila Sapê (Jacarepaguá)
- 26 Parque Unidos (Pavuna)
- 27 Parque Acará (Acará)

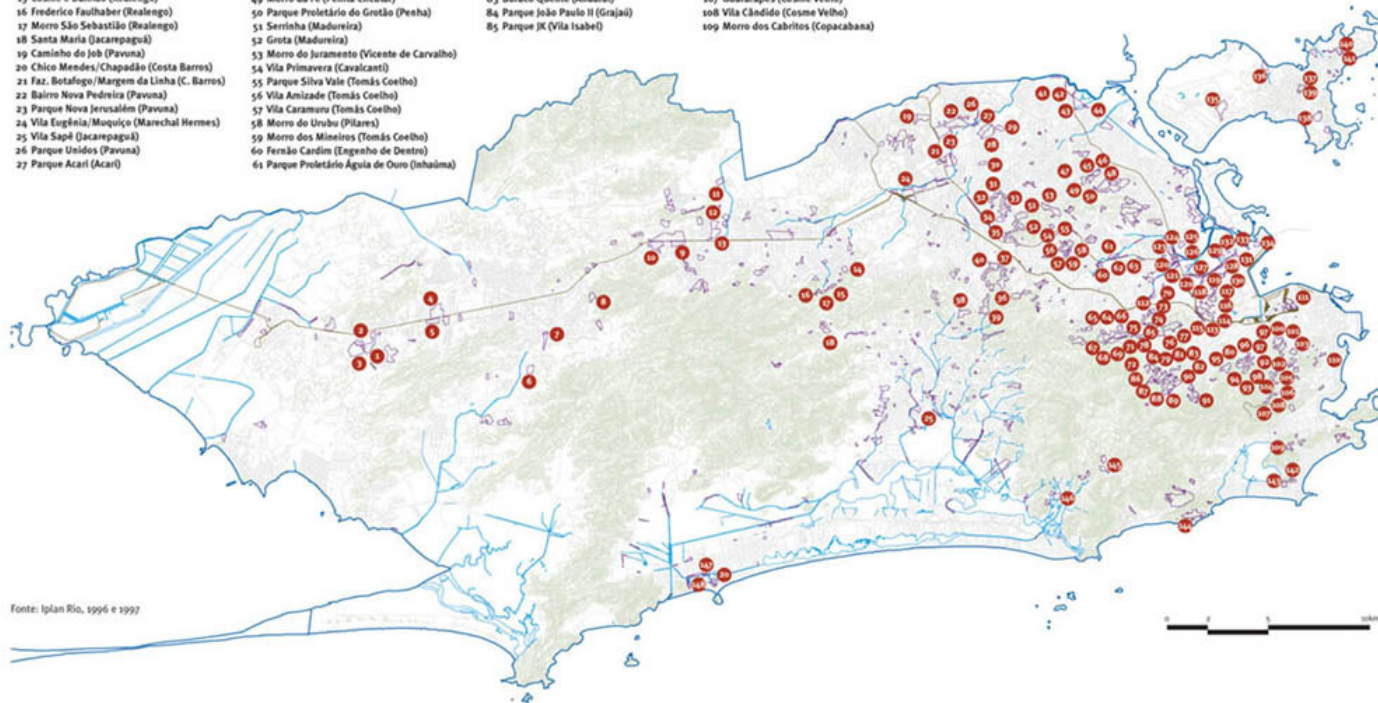
- 28 Vila Rica de Iraí (Acará)
- 29 Vila Esperança (Acará)
- 30 Morro União (Coelho Neto)
- 31 Faz-Quem-Quer (Rocha Miranda)
- 32 Moisés Santana (Turuçu)
- 33 Morro do Sapê (Vaz Lobo)
- 34 Buriti-Cogonhas (Madureira)
- 35 Morro do Sossogo (Madureira)
- 36 Morro do Fubá (Cascadura)
- 37 Morro da Iguatuba (Cascadura)
- 38 Fazenda Mato Alto (Jacarepaguá)
- 39 Barão São José Operário (Jacarepaguá)
- 40 Campinho/Comendador Pinto (Campinho)
- 41 Bairro Proletário do Dique (Vigário Geral)
- 42 Parque Proletário Vigário Geral (V. Geral)
- 43 Parque Jardim Beira-Mar (Parada de Lucas)
- 44 Ta Contê (Parada de Lucas)
- 45 Morro do Sereno (Penha Circular)
- 46 Morro da Caixa d'Água (Penha Circular)
- 47 Morro da Paz/Trei Gaspar (Penha Circular)
- 48 Morro do Caracol (Penha)
- 49 Morro da Fé (Penha Circular)
- 50 Parque Proletário do Grotão (Penha)
- 51 Serrinha (Madureira)
- 52 Grota (Madureira)
- 53 Morro do Juramento (Vicente de Carvalho)
- 54 Vila Primavera (Cavalcanti)
- 55 Parque Silva Vale (Tomás Coelho)
- 56 Vila Amizade (Tomás Coelho)
- 57 Vila Caramuru (Tomás Coelho)
- 58 Morro do Urupês (Pilarés)
- 59 Morro dos Mineiros (Tomás Coelho)
- 60 Fênix Cardim (Engenho de Dentro)
- 61 Parque Proletário Águia de Ouro (Inhaúma)

- 62 União de Del Castilho (Inhaúma)
- 63 Chácara Del Castilho (Del Castilho)
- 64 Morro Cachoeira Grande (Lins)
- 65 Morro Nossa Senhora da Guia (Lins)
- 66 Cachoeirinha (Lins)
- 67 Santa Terezinha (Lins)
- 68 Morro da Cotia (Lins)
- 69 Vila São Jorge (Vila Kosmos)
- 70 Dois de Maio (Jacará)
- 71 Morro da Bacía (Engenho Novo)
- 72 Nova Divinéia (Grajá)
- 73 Morro do Queto (Sampaio)
- 74 Morro da Matriz (Engenho Novo)
- 75 Pau da Bandeira (Vila Isabel)
- 76 Parque Vila Isabel (Vila Isabel)
- 77 Morro dos Macacos (Vila Isabel)
- 78 Morro do Encontro (Engenho Novo)
- 79 Morro do Andaraí (Andaraí)
- 80 Morro do Chacrinha (Tijuca)
- 81 Morro do Cruz (Vila Isabel)
- 82 Franca Júnior (Tijuca)
- 83 Buraco Quente (Andaraí)
- 84 Parque João Paulo II (Grajá)
- 85 Parque JK (Vila Isabel)

- 86 Borda do Mato (Grajá)
- 87 Janelão (Andaraí)
- 88 Arrelia (Andaraí)
- 89 Borel (Tijuca)
- 90 Morro da Casa Branca (Tijuca)
- 91 Morro da Fomiga (Tijuca)
- 92 Rodó (Rio Comprido)
- 93 Sumaré (Rio Comprido)
- 94 Morro da Liberdade (Tijuca)
- 95 Salgueiro (Tijuca)
- 96 Matinha (Rio Comprido)
- 97 Bispo (Rio Comprido)
- 98 Pantanal (Rio Comprido)
- 99 Azevedo Lima (Rio Comprido)
- 100 São Carlos (Rio Comprido)
- 101 Catumbi (Rio Comprido)
- 102 Santo Rodrigues (Rio Comprido)
- 103 Morro da Coroa (Santa Teresa)
- 104 Morro dos Prazeres (Santa Teresa)
- 105 Morro do Escondidinho (Santa Teresa)
- 106 Cerro-Corá (Cosme Velho)
- 107 Guararapes (Cosme Velho)
- 108 Vila Cândido (Cosme Velho)
- 109 Morro dos Cabritos (Copacabana)

- 110 Vila Santo Amaro (Catete)
- 111 Morro da Providência (Santo Cristo)
- 112 Morro São João (Engenho Novo)
- 113 Parque Candelária (Mangueira)
- 114 Setor Chali (Mangueira)
- 115 Mangueira (Mangueira)
- 116 Morro dos Telégrafos (Mangueira)
- 117 Tuiuti (São Cristóvão)
- 118 Parque Horácio Cardoso Franco (Benfica)
- 119 Parque Erédia de Sá (Benfica)
- 120 Vila Azará (Benfica)
- 121 Vila União (Benfica)
- 122 CHPz (Manguinhos)
- 123 Vila Turismo (Manguinhos)
- 124 Parque João Goulart (Manguinhos)
- 125 Parque Oswaldo Cruz (Manguinhos)
- 126 Parque Carlos Chagas (Manguinhos)
- 127 Mandala de Pedra (Manguinhos)
- 128 Parque Vitória (Caju)

- 129 Parque Boa Esperança (Caju)
- 130 Parque Alegria (Caju)
- 131 Parque São Sebastião (Caju)
- 132 Ladeira dos Funcionários (Caju)
- 133 Vila Clemente Ferreira (Caju)
- 134 Quinta do Caju (Caju)
- 135 Vila Joazeira/Barbante (Ilha do Governador)
- 136 Parque Royal (Ilha do Governador)
- 137 Guaralilha (Ilha do Governador)
- 138 Bairro N. Sra. das Graças (Ilha do Governador)
- 139 Morro do Dendê (Ilha do Governador)
- 140 Magno Martins (Ilha do Governador)
- 141 Bela Vista de Pichuna (Ilha do Governador)
- 142 Pavão-Pavãozinho (Copacabana)
- 143 Morro do Cantagalo (Ipanema)
- 144 Vidigal (Vidigal)
- 145 Mata Machado (Alto da Boa Vista)
- 146 Floresta da Barra (Itanhangá)
- 147 Vila Amizade
- 148 Canal das Tachas



Fonte: Iplan Rio, 1996 e 1997